

## **UM ESTUDO SOBRE EVASÃO E RETENÇÃO NO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA**

*Valmor Gervasi<sup>1</sup>; Melissa Meier<sup>2</sup>; Alexandre Vanzueta<sup>3</sup>; Thiago Henrique das Neves Barbosa<sup>4</sup>; Neiva Terezinha Badin<sup>5</sup>; Araceli Gonçalves<sup>6</sup>.*

### **RESUMO**

Este artigo apresenta um estudo que está sendo realizado sobre a evasão e retenção no curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú. Inicialmente adotou-se como metodologia de pesquisa a busca por publicações sobre a temática em sites confiáveis para a aquisição de informações. A partir desta, realizou-se a análise dos trabalhos selecionados com o objetivo de entender os reais motivos dos altos índices de evasão e retenção nos cursos de ciências exatas, principalmente no de Matemática.

**Palavras-chave:** Pesquisa. Evasão. Retenção. Matemática.

### **INTRODUÇÃO**

Denominada por estudiosos como sociedade do conhecimento a realidade mundial atualmente mostra que não aprendemos do mesmo jeito de outrora. Antes, tais modelos eram fundamentados na pedagogia do trabalho taylorista/fordista fundadas na divisão entre o pensamento e ação, na fragmentação de conteúdos e na memorização, onde o livro didático era responsável pela qualidade do trabalho escolar. Há mais de duas décadas que a formalidade da educação vem concorrendo com o aprendizado informal, onde se aprende no

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Licenciatura em Matemática. Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú. E-mail: valmor\_gervasi@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Doutora em Informática na Educação – UFRGS. Docente do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú. E-mail: melissa.meier@ifc.edu.br.

<sup>3</sup> Doutor em Educação – UNIVALI. Docente do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú. E-mail: alexandre.vazueta@ifc.edu.br.

<sup>4</sup> Mestre em Ensino de Ciência e Tecnologia – UTFPR. Docente do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú. E-mail: thiago.barbosa@ifc.edu.br.

<sup>5</sup> Doutora em Engenharia de Produção – UFSC. Docente do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú. E-mail: neiva.badin@ifc.edu.br.

<sup>6</sup> Mestra em Ensino de Ciências Naturais e Matemática. Docente do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú. E-mail: araceli.goncalves@ifc.edu.br.

celular, na rua, na televisão, no computador e em todo lugar, multiplicando-se os espaços educativos. Porém, isso não significa o fim da educação formal, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos na sociedade, conforme afirma Frigotto:

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. (FRIGOTTO, 1999, p.26).

Na busca por um panorama evolutivo da educação superior brasileira no que tange as licenciaturas, encontra-se na perspectiva de CANDAU (1987), que na década de 1960, a modernização dos métodos de ensino foi o que acentuou os estudos que apontavam como solução para os problemas educacionais. Na década de 1970 as questões de planejamento, racionalização e gerenciamento foram os principais temas em discussão. Levando em consideração que o professor integra uma realidade social mais ampla, nota-se que fatores econômicos e sociais são preponderantes na formação da docência. Assim, implantar uma discussão e reflexão mais sistemática sobre as licenciaturas tratando não só dos aspectos específicos da formação do professor, mas também de aspectos mais amplo desta formação, como o diálogo com a nova realidade da sala de aula, atuando como mediadores de aprendizagem, inserindo como um problema geral da educação foi a grande preocupação da década de 1980. Na década de 1990, pode-se destacar em alguns estados brasileiros em Institutos Superiores de Formação de Professores, o desenvolvimento de experiências relativas à formação docente, em nível superior, de professores para o início da escolaridade. Mesmo que de forma reduzida, tais experiências se preocupavam com a melhor qualidade da formação, destacando a tendência de elevar a formação dos cursos superiores. Contudo, Aranha (2006), aponta que houve a desqualificação do ensino com a desvalorização social do professor em função de grandes estragos que as falhas na política de formação, acompanhadas da ausência de ações governamentais adequadas, pertinentes à carreira e à remuneração do mesmo. Ainda na década de 1990 teve início o PNE - Plano Nacional de Educação, obrigatório na LDB de 1996, que foi elaborado e

colocado em prática em 2001, para vigorar entre os anos de 2001 a 2010, determinando que:

O Plano Nacional de Educação - PNE 2001-2010 estabeleceu os seguintes objetivos para a educação brasileira: a elevação global do nível de escolaridade da população; melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso à escola pública e à permanência, com sucesso, nela e a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares e equivalentes (BRASIL, 2001).

Em sequência veio o novo Plano Nacional de Educação - PNE, contemplando os anos de 2014 a 2024, que foi aprovado pela Lei nº 13.005/14, de 25 de junho de 2014. Sua principal característica é a valorização dos profissionais da educação com a Meta 16.6 que diz:

Fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público (BRASIL, 2014).

Nestas retrospectivas chegamos ao estudo das licenciaturas e com elas o problema da evasão de alunos nos cursos superiores. Deseja-se aqui buscar um entendimento, por meio de busca e análise de trabalhos publicados sobre a temática evasão e retenção nas licenciaturas, destacando o curso de Matemática.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Usando a metodologia de busca e pesquisa, iniciou-se uma procura nos sites indicados: digitando na plataforma Google: “Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES”, retornou uma busca de aproximadamente 422.000 resultados. Acessando o Catálogo de Teses e Dissertações, digitou-se na busca, “Evasão Matemática”, retornando 39.811 resultados. Digitando então “Evasão Licenciatura Matemática”, resultou 42.930. Retornando então à busca inicial e localizando pela sigla “BDTD”, retornou um leque cadastral de 98 instituições com

um registro de 470.150 documentos, divididos entre 312.664 dissertações e 157.486 teses. Com o intuito de refinar melhor os resultados, buscou-se então “Evasão Matemática” em todos os campos, resultando 1.204. Posteriormente, digitou-se “Evasão Licenciatura Matemática”, resultando 567. Houve uma redução considerável, mas a quantidade ainda era alta. Partiu-se então para busca avançada por título e limitando o ano de defesa de 2010 à 2018, o que resultou apenas 2 trabalhos, o que indica escassez, mas percebe-se um começo mais adequado.

Consideramos então realizar buscas de teses e dissertações na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (IBICT) com os seguintes descritores: “Evasão nos Cursos Superiores, Evasão nas licenciaturas, Evasão matemática, Evasão na Licenciatura Matemática”. E com o descritor: “Evasão nos cursos de Licenciatura Matemática” encontramos 101 instituições com um registro de 491.465 documentos, divididos entre 327.813 dissertações e 163.652 teses. Com o descritor: “Evasão Matemática”, em todos os campos com o limite de defesa entre 2010-2018, retornou um leque de 1206 trabalhos, dos quais se decidiu limitar pelos 20 apresentados na primeira página e selecioná-los por afinidade do tema. Destes, apenas seis foram aproveitados, uma vez que tem mais proximidade com o assunto abordado. Os demais, falam da temática evasão, mas de outros cursos. Dos seis aproveitados, diretamente da matemática presencial, destacamos um que se discorre na sequência.

Trata-se de uma dissertação de André Matias Evaldt de Barros, intitulado: “Efeitos de poder e subjetivação dos discursos de evasão de cursos de licenciatura em matemática do IFRS”, o qual chamou a atenção por abordar a temática procurada nesta pesquisa sobre a evasão nos cursos de matemática.

Ela foi dividida em quatro capítulos, dos quais: o primeiro apresenta as considerações sobre pressupostos metodológicos, questões e objetivos de pesquisa e um estado da arte da produção acadêmica sobre evasão escolar no Ensino Superior. O segundo capítulo contextualiza os Institutos Federais no cenário da educação no país, seus principais objetivos e sua organização como instituição. No terceiro, são abordadas as categorias teórico-conceituais foucaultianas que fundamentam a análise, configuradas através das discussões sobre discurso, regimes de verdade, disciplina, modos de subjetivação, biopoder, biopolítica e estatísticas. Finalmente, no quarto capítulo, são apresentados elementos que

ajudam a concluir que há três discursos básicos sobre evasão que puderam ser percebidos nas falas dos docentes e discentes e nos documentos de análise: o de que o curso é difícil, o que considera o uso que o aluno faz dele e o que tenta dar conta das prioridades do aluno frente à Licenciatura em Matemática. É salientado que os principais efeitos de poder e subjetivação dizem respeito à classificação dos alunos a partir de categorias que envolvem domínio de saberes matemáticos, aptidões, questões de trabalho, família, idade e tempo de dedicação ao curso e em atividades extraclasse.

Nos campos Bento Gonçalves e Caxias do Sul do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS tiveram como objetivo analisar os efeitos de poder e subjetivação dos discursos de evasão escolar nos cursos de Licenciatura em Matemática, tendo Foucault como referencial teórico e a contribuição de outros vários trabalhos publicados.

A metodologia de trabalho consistiu em análise de entrevistas gravadas com docentes e discentes dos cursos e a análise documental do IFRS, tais como o Projeto Pedagógico Institucional e os Projetos Pedagógicos dos Cursos.

## **RESULTADOS ESPERADOS OU PARCIAIS**

Analisando os trabalhos selecionados e, principalmente, o que destacamos neste texto, vê-se que há três discursos básicos sobre evasão que puderam ser percebidos nas falas dos docentes e discentes e nos documentos de análise: *o de que o curso é difícil; o que considera o uso que o aluno faz dele; e o que tenta dar conta das prioridades do aluno frente à L M.*

Além disso é possível notar que os principais efeitos de poder e subjetivação dizem respeito à classificação dos alunos a partir de categorias que envolvem domínio de saberes matemáticos, como: *aptidões, questões de trabalho, família, idade e tempo de dedicação ao curso e em atividades extraclasse.*

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com este ensaio teórico buscou-se entender os motivos das evasões e retenções nos cursos de licenciatura em Matemática. No trabalho analisado em um curso de Matemática presencial tivemos a mostra que os principais efeitos de poder e subjetivação que levam a evasão e retenção, dizem respeito à classificação dos alunos a partir de categorias que envolvem domínio de saberes matemáticos, como: aptidões, questões de trabalho, família, idade e tempo de dedicação ao curso e em atividades extraclasse. E que na análise do trabalho de EaD, verificou-se que as dificuldades em relação a acompanhar o curso tornam-se maior ainda devido à distância. No entanto, na pesquisa, o que se conclui é que apesar de ser antigo o curso de matemática, ainda são muito escassos os trabalhos publicados que abordam esta temática. Nesta perspectiva, esta pesquisa foi motivada com o intuito de levantar os reais motivos que levam os alunos a evasão, para então serem discutidas e/ou implementadas ações que visam mudar esse quadro.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3 ed ver e ampl, São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL/MEC. Resolução CNE/CP 1, de 30 de setembro de 1999. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_99.pdf). Acessado em 15/05/18.

BRASIL/MEC. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02). Acessado: 15/05/2018.

CANDAU, V. M. F. Novos rumos da licenciatura. Brasília: MEC/INEP, 1987.

FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.